

## **“SE ME PERMITE FALAR” a exploração do trabalho e de gênero em Domitila Barrios de Chungara e sua atualidade**

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Ao fazer a leitura do livro “*Si me permiten hablar... Testimonio de Domitila – una mujer de las minas de Bolivia*” de Moema Viezzer, fica consolidado a firmeza de propósito e coragem desta mulher, mãe de 11 filhos, esposa de operário das minas assassinas da Bolívia. Quando Domitila Barrios de Chungara foi representar as trabalhadoras da Bolívia na oportunidade da Conferência Mundial das Mulheres, 1970, Cidade do México, para falar da situação dos trabalhadores das minas na Bolívia se viu em um cenário totalmente acadêmico, embora todos os envolvidos estivessem imbuídos nas transformações da condição na mulher no mundo é patente que a avassaladora maioria dos envolvidos no evento, sobretudo, pelo nível acadêmico e técnico vivia em menor intensidade os golpes da discriminação de gênero.

Não por mera coincidência, o livro paradigma da brava boliviana é fruto da importância de seu relato e da sensibilidade da brasileira, *Moema Viezzer*, que aproveitou o momento e num *feeling* genial, resolveu entrevistar àquela representante genuína da mulher no mundo do trabalho.

O Saudoso e sempre presente *Eduardo Galeano*, em *As Veias Abertas da América Latina*, nos lança em uma viagem acerca da construção da desigualdade em nosso continente, nas linhas destinadas a Potosí, nos mostra como a riqueza se estabelece da degradação da natureza e, sobretudo, na degradação do trabalhador. Seja pelo péssimo salário, seja pelas condições de trabalhos ou pelas condições de miséria e penumbra em que viviam os trabalhadores das minas, condenados na grande maioria das vezes a morte por problemas pulmonares. Trinta e Cinco anos depois, o acidente da Mina São José no Chile nos mostra que as condições de trabalho dos mineiros no mundo não tiveram grandes alterações, persistindo as mesmas condições deploráveis de outrora.

No livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, *Judith Butler* parte dos referenciais foucaultianos e se questiona se o “sexo” teria uma história ou se é uma estrutura dada, isenta de questionamentos em vista de sua indiscutível materialidade. A filósofa judia discorda da ideia de que só poderíamos fazer teoria social sobre o gênero, enquanto o sexo pertenceria ao corpo e à natureza.

Evidencia-se, portanto, que sexo, enquanto elemento natural, não se comunica numa “ethos religioso-cultural heterossexual” com a história do corpo ou sentencia a tese do desejo, por isso, sexo e gênero não são elementos com bases idênticas, um necessita da biologia como elemento materializador, mas a opção, o desejo, a história do corpo são elementos complexos e individualizados.

Embora sua teoria tenha importância controversa no movimento feminista *Hannah Arendt*, em *A Condição Humana* assevera: “Mantidos fora da vista eram os trabalhadores que, ‘com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas) da vida’, e as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias – não somente porque eram de propriedade de outrem, mas porque a sua vida era ‘laboriosa’, dedicada a funções corporais.” Desta forma a mulher, partindo do cenário proposto por *Butler*, é condenada a sua existência no momento em que nasce, tendo assim como o homem, uma posição sexual imposta pela natureza e consolidada por aquilo de que chamamos de “ethos religioso-cultural heterossexual”, mas a mulher, desta vez sem a companhia do homem, também tem sua condição sócio-política imposta pelo nascimento, sendo a questão natural, imperativa na exigência do que se esperar de uma mulher sobre égide do “ethos religioso-cultural heterossexual”, é neste cenário que *Domitila Barrios de Chungara* relata com serenidade e simplicidade a questão da mulher e suas construções e lutas.

Embora o relato tenha quarenta anos, permanece atual nos dias de hoje. Não devemos ser míopes quanto aos avanços, sobretudo enquanto política de Governo, devendo ser maturado para transformar-se em política de estado. Entretanto, na contramão da história em 2014 elegemos o congresso mais conservador dos últimos cinquenta anos, ou seja, nem durante o regime militar se teve um congresso tão refratário aos avanços sociais e políticos no Brasil.

Retornando a Conferência do Ano Internacional da Mulher, México 1975, que a tornou famosa, sobretudo por entender que a questão de gênero era uma questão posterior à situação vivenciada na Bolívia, colocava que o capital e a opressão, tão latente na América Latina atingem a todos, sem distinção de gênero.

*Apenas 35 años es el promedio de vida de un trabajador minero. Entonces ya está totalmente enfermo, con mal de mina. Como tanto hacen reventar explosivos para sacar el mineral, entonces estas partículas de polvo se introducen a los pulmones, a través de la*

*respiración, por la boca y la nariz. Y en los pulmones, esto llega a carcomer y llega a hacer pedazos el pulmón. Y los trabajadores comienzan a vomitar sangre. Negra, morada se les hace la boca. Y al final botan pedazos de pulmón y ya se mueren. Ésta es la enfermedad profesional de mina o silicosis.*

(Moema Viezzer, p. 18)

Na verdade a posição de *Domitila Barrios de Chungara* encontra amparo no pensamento de *Simone de Beauvoir*, *O Segundo Sexo*, onde *Beauvoir* coloca de forma peculiar a questão de gênero: “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher!*”

Se tornar mulher, sendo filha de mineiro, esposa de mineiro, possivelmente mãe de mineiros e noras de mineiros trás uma condenação a uma condição onde o capital oprime e forja a existência humana por décadas a fio sem quaisquer possibilidades de reinvento ou autocrítica, posto que ambos nasçam sem a possibilidade de educação ou construção emancipadora de sua condição. Portanto, ninguém nasce explorado, torna-se explorado. E tal qual o pensamento de *Beauvoir*, a educação ou a falta dela, a cultura hegemônica, o pensamento construído sobre a condição de homem e mulher, bem como, explorador e explorado na sua aplicação ao longo da existência, cumulado com a quase total invariabilidade de alternância desta forma majoritária de pensar só agrava e aprofunda o fosso em que se estrutura esta diferença atroz.

A questão avança nos mostrando que a construção cultural machista existe e coloca oprimidos em lados contrários, onde um dos lados oprimidos reproduz o discurso hegemônico e opressor que o segrega:

*Claro, al principio no fue fácil la cosa. Por ejemplo, en la primera manifestación que hubo en Siglo XX después que ellas volvieron de La Paz, las compañeras subieron al balcón del Sindicato para hablar. Los compañeros no estaban acostumbrados a escuchar a una mujer junto a ellos. Entonces gritaban: “Que se vayan a la casa...! a cocinar!, a lavar!, a hacer sus quehaces!”...Y les silbaban.*

(Moema Viezzer, p. 57)

Considerando que a exploração do homem pelo homem começou com a exploração da mulher pelo homem, tem-se, portanto o machismo como o instrumento de opressão humana mais antiga que conhecemos e, com isso, a mais consolidada no imaginário de nossa cultura. O patriarcado pode ser tido como uma das bases da nossa estrutura social e para quebrá-lo será necessário uma revolução em todas as matrizes, sobretudo,

cultural, política e social, E, se nos propusermos a uma revolução pondo fim a exploração da mulher, se faz imperiosamente necessário à construção cultural, política e social da mulher e suas condições, consolidando suas várias identidades e, sobretudo, seu protagonismo. A história permanece sendo contada sob a ótica masculina, a revolução que se busca é de olhar o mundo sob o prisma feminino, olhar o mundo como mais um ambiente hostil à causa da mulher e suas conquistas.

Nas escolas professores e sociedade devem assumir a responsabilidade em desconstruir os papéis estereotipados de gênero, consolidar a participação feminina nos debates, bem como, nas atividades tidas como majoritariamente masculinas, realizar aulas sobre a questão de gênero, quebrar estereótipos e estigmas presentes em todos os ambientes e, também, escolares, preparando-as para identificar, reagir e denunciar qualquer tipo de violência contra a mulher. Enquanto professores deve-se manter a posição de formadores de opinião, influenciando na vida da comunidade discente e sociedade. Com tal consciência, professores, pedagogos e orientadores devem ser mais cuidadosos para garantir que no ambiente escolar não sejam reproduzidos conceitos pré-concebidos que excluem por condição de gênero. Não raro, em sala de aula, movimentos sociais são desvalorizados e desqualificados por professores conservadores e/ou desinformados. Reproduzindo o pensamento hegemônico, nestes casos, o senso comum prevalece em detrimento da necessidade imperiosa de abordar os direitos das mulheres, marcha das vadias e marcha mundial das mulheres, dando voz à misoginia. No ensino superior, o ambiente propicia o desenvolvimento de coletivos sociais, sobretudo nos últimos anos com o avanço nas formas de acesso a universidades privadas. É oportuno atuar neste cenário, é comum que os alunos sejam oriundos de uma realidade de total descompromisso com a questão de gênero por vezes sendo testemunhas de agressões as suas mães e irmãs, tendo como aceitável tal conduta. Entretanto todas essas questões têm que ser levantadas no âmbito acadêmico, como prioridade, pois são atuais e concretas e precisam ser lembradas e problematizadas com urgência, afinal, estamos falando de mulheres sendo agredidas, assediadas e exploradas em toda a sociedade. Desta forma, o consentimento dos subjugados e oprimidos quanto à manutenção da moenda que mói a todos, inclusive a eles próprios, está presente em *Gramsci*:

*O Estado consiste de todo um complexo de atividades políticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e conserva a sua dominação, mas manobra para conquistar o consentimento ativo daqueles que estão subjugados a suas regras.*

(Gramsci, 1971, p.244).

Observa-se em *Gramsci* uma superposição dos postulados de *Marx*, ao consolidar a busca da sociedade civil em estabelecer e ditar o ritmo da sociedade política, consubstanciado na conscientização e identidade de classe da base da pirâmide social para construir um cenário de equilíbrio nas lutas e conquistas de classe. É determinante a construção de processo de conscientização onde se busque contrapor processo contrário da classe dominante, iniciado em escala global no final do século XIX.

Não obstante o poder coercitivo da superestrutura estatal e o seu poder econômico direto, essa conscientização estrutura o elemento de garantias e construção das reivindicações trabalhistas, admitindo o direito de greve, de mobilização em sindicatos, partidos, publicações em jornais, votações, sendo necessária a renovação destes instrumentos para consolidar avanços da classe trabalhadora, dando melhores condições aos trabalhadores de se fazerem representar e, mesmo que sensível, construir melhoras em sua condição.

O que determina o *ethos* da sociedade capitalista é a total subordinação do valor de uso (trabalho concreto) ao valor (trabalho abstrato). Na sociedade atual, mercantil, visa-se única e exclusivamente o lucro, o que produzimos é indiferente, porque o que move a lógica de funcionamento dessa sociedade não é a satisfação das necessidades, e sim, a compra e a venda, tendo em vista a acumulação do capital. Nesse sentido é que o valor de uso é subordinado, nessa sociedade, a uma lógica maior, que é a lógica da reprodução do próprio valor.

Neste contexto a condição marginal do trabalhador das minas, facilmente podendo ser ampliada para todo e qualquer trabalhador na América Latina ou Brasil coloca uma questão fundamental? A exploração faz distinção de gênero?

A Professora da Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, *Kimberlé Crenshaw*, por exemplo, em artigo denominado *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*, argumenta sobre a necessidade de articular, na análise, diferentes formas de subordinação como estratégia para compreender as categorias gênero e raça.

*Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em*

*que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão. O termo superinclusão pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres. A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. (...) O discurso sobre o tráfico de mulheres é um exemplo disso. Quando se presta atenção em quais mulheres são traficadas, é óbvia a ligação com a sua marginalização racial e social. Contudo, o problema do tráfico é frequentemente absorvido pela perspectiva de gênero sem que se discuta raça e outras formas de subordinação que também estão em jogo. (...) Uma questão paralela à superinclusão é a subinclusão. Uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes. Uma outra situação mais comum de subinclusão ocorre quando existem distinções de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou racial. (CRENSHAW, 2002, p. 174/175).*

*Kimberlé Crenshaw* atesta que para que as mulheres tenham seus direitos garantidos é necessária uma abordagem de gênero que o conecte a outras identidades. Estas intersecções podem permitir que experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos, muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, tenham visibilidade. Portanto a questão de Domitila Barrios de Chungara chega, por assim dizer, num ponto de confluência. As várias identidades oprimidas em um único ser: mulher, indígena, desempregada, evangélica, sindicalista. Ampliemos com naturalidade: prostituta, nordestina, negra, viciada. Como se observa, as várias identidades tem um ponto único onde se “tocam”: São as várias formas de opressão, as

várias formas de se oporem ao que chamamos de “valores hegemônicos”, ou seja, a reprodução do sexo oficial, religião oficial, função oficial, raça oficial, condição oficial, rompendo brutalmente com tudo que se opõe a esse *ethos* fartamente excludente e opressor.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.